

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
2014/2016
56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Ao quarto dia do mês de Dezembro de 2014, às 19 horas, na sede da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – Emdec, localizada a Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1028, Vila Industrial, Campinas, Estado de São Paulo reuniram-se os Conselheiros Eleitos para 56ª Reunião, tendo como pauta a Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária; Cronograma das Comissões Temáticas; Balanços Específicos; Informe do andamento da Comissão Temática de Políticas Públicas de Segurança e Educação de Trânsito.

O Sr. Valdo Célio fez a abertura da reunião, dando boas vindas a todos os presentes e fazendo a leitura da pauta.

A Sra. Giselle Normanha fez a leitura da Ata da 55ª Reunião Ordinária, sendo realizada uma alteração no texto, conforme sugestão do Sr. Cesar Cury. A referida ata foi aprovada pelos 26 conselheiros presentes.

A Sra. Mariangela Pereira apresentou um Balanço das ações do Sistema de Transporte aos conselheiros.

A Sra. Giselle Normanha fez a leitura das principais ações realizadas pela Emdec em 2014.

Ficou definido que a data de entrega das demandas das regiões (pontos críticos) foi prorrogada para 19/12/14 até às 12h.

Ficou definido também o calendário das próximas reuniões temáticas, que se dará quinzenalmente, a partir de 22/01/15, sendo a essa sobre o Plano Diretor de Mobilidade Urbana.

O Sr. Walter Rocha de Oliveira questionou o fato de não ter sido consultado para definição da pauta.

O Sr. Humberto esclareceu que todos os conselheiros podem sugerir temas para as pautas e esclareceu também que em nenhum momento o Sr. Walter nos procurou para a discussão das mesmas.

Que a definição dos temas foi feita de forma a abranger todos os assuntos de interesse do conselho.

O Sr. Juarez questionou que encaminhou por e-mail o tema sobre a retirada dos cobradores dos ônibus para a inclusão na pauta, porém, não foi inserido.

O Sr. Cesar Cury ressaltou que deveria ter sido realizada uma reunião extraordinária para discutir a retirada dos cobradores.

O Sr. Carlos Lucio pede que se dê publicidade na imprensa quanto a essa questão.

O Sr. Mario Bonzanino repudia o fato de uma pessoa de outra cidade ter que desembolsar R\$ 10,60 para andar no transporte público sem direito a integração.

Que soube que a partir de 1º de janeiro os aposentados não poderão mais utilizar RG para embarcar no transporte público. Pede providências do Conselho.

O Sr. Miguel Lorenzon, cobra um posicionamento do Conselho sobre a retirada ou não dos cobradores.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
2014/2016
56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Sr. Abrão Feldman questionou que em nenhuma ação divulgada pela Emdec houve a consulta ao Conselho.

Que a Transurc é quem determina a política de transporte da cidade.

Exige que a população saiba que o conselho existe e que é contra a retirada dos cobradores.

Que haja uma pressão ao legislativo para acabar com o Bilhete Viagem.

O Sr. Carlos Lucio ressalta que para os portadores de deficiência a retirada dos cobradores foi prejudicial. Com essa atitude os direitos das pessoas com deficiência não estão sendo respeitados.

Critica que não há ações conjuntas com outras Secretarias, o que vem prejudicando a população. Criam-se empreendimentos e não há linhas de ônibus suficiente. Pede para que o Conselho se reúna com a Comissão de Mobilidade da Câmara quanto a retirada dos cobradores.

O Sr. Gino solicita que as datas das reuniões sejam agendadas com mais antecedência e que haja uma melhor organização para que todos os temas sejam discutidos.

O Sr. Jurandir questiona a 6ª Conferência. Diz que não houve avanços. Relata que a população da região do Campo Grande fará um movimento para a melhoria do transporte com a paralisação da Av. John Boyd Dunlop.

Que fez vistorias com a Sra. Patrícia (Emdec) nos terminais e detectaram irregularidades, como por exemplo, menores tendo relações sexuais nos banheiros. Diz que a comunidade está sofrendo com a retirada dos cobradores. Ressalta que o transporte é péssimo. Pede ajuda do conselho para intermediar essas questões.

O Sr. Geraldo ressalta que a população paga uma tarifa cara e critica a criação do BRT por achar que só os empresários serão beneficiados.

Profº Mario ressalta que o cobrador tem o papel de fiscalizador. Que a presença dele inibe a ação de assaltantes. Cobra uma ação contra a retirada dos cobradores.

O Sr. Irineu solicita que seja encaminhada a relação de contato de todos os conselheiros por e-mail.

Reclama que o atual governo disse que faria 45 km de ciclovia e não fez. Que teria que ter sido implantado 14 km nesse mês de Dezembro, porém, nada foi feito.

Pede ação judicial quanto à retirada dos cobradores.

Que há ônibus com embreagem quebrada circulando na região do Campo Grande. Que os ônibus não cumprem horário. Que é inadmissível a omissão do Conselho.

O Sr. Reginaldo esclareceu que está no Conselho desde o seu início e que a cada ano ele vem se fortalecendo. Que é necessário mais respeito por parte dos novos conselheiros, pois sempre se lutou pela melhoria do transporte e trânsito da cidade.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
2014/2016
56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ressalta que o Conselho é deliberativo e consultivo.

Que o Conselho deveria divulgar à população a Lei Municipal, que atualmente não é cumprida, de embarque e desembarque em qualquer local após as 22h.

O Sr. Valdo Célio informou que irá solicitar uma reunião com a Comissão de Mobilidade da Câmara para tratar sobre a retirada dos cobradores; sobre a exigência de obrigatoriedade da utilização do cartão do idoso em detrimento ao RG; quanto a cobrança de R\$ 5,30 de quem não possui Bilhete Único.

O Sr. Humberto sugere que o Sr. Juarez Bispo busque informações sobre a exigência do cartão de idoso.

O Sr. Juarez ressalta a importância de se reunir com a Comissão de Mobilidade da Câmara.

Que o uso do RG pelos idosos é constitucional.

Esclarece que o uso do cartão dá cidadania para o idoso, pois com ele o idoso não precisa se identificar. Ressalta que o cartão apenas amplia o direito.

Que é necessário cobrar a gratuidade no orçamento a partir de 60 anos.